

Desde o início do Plano Real, sabíamos que, para ter sucesso, não haveria travessia no campo das mudanças político-econômicas sem sacrifício e uma boa dose de tensão psicológica.

Entretanto, nas duas últimas semanas, apesar desta perspectiva anunciada, eis-nos de volta perdendo a cabeça, cuidando das questões de curto prazo, administrando crises no lugar de articular soluções. Em vez de estarmos dabatendo a desindexação da economia, a incorporação de mecanismos de finanças industrializantes, a engenharia da privatização, só temos olhos para a greve dos petroleiros, a desesperada obtenção de capital de giro e a volta da inadimplência. E, pior, a escolha do bode expiatório da vez.

Ninguém em sã consciência duvida da capacidade do empresário brasileiro em se adaptar aos desafios de sucessivas crises e, mesmo em condições tão adversas, chegar até aqui com um setor produtivo tão competitivo e preparado para crescer. Tal conquista foi feita com grande compreensão de nossas vantagens comparativas, trabalho e muita discussão.

Nestes últimos meses as empresas puderam absorver os aumentos de custos, via ganhos de escala. Contudo, a consequência de um mercado contido além da conta será trazer reflexos nos custos fixos, gerando um ajuste inflacionário que não é bem-vindo, principalmente para a indústria, que na ponta da cadeia é quem mais se interessa pelo sucesso da estabilização.

Há um círculo virtuoso emprego-consumo-produção-investimento que não pode ser quebrado sob risco da velocidade da pobreza se tornar muito maior do que a do desenvolvimento econômico. E a única saída é pela via do crescimento.

A empresa que quer investir, quer segurança, acesso ao mercado de crédito e patama-

res de juros compatíveis com o mercado internacional, com o qual compromete cada vez mais em igualdade de condições. Já o investidor, de qualquer tamanho, avalia o potencial futuro, e o custo presente. Sua taxa de retorno leva em consideração o fluxo de caixa, que, mesmo não dependendo de empréstimos, será descontado em índices praticados no mercado em que atua. Por sua vez, existe um baixo índice de alavancagem que significa efetiva capacidade de crescimento via capital de terceiros, e disposição para um novo ciclo de endividamento, inclusive com nova mentalidade empreendedora.

Com o atual nível de poupança interna não há como retomar este ciclo. Com tal grau de incerteza, é sempre mais difícil atrair capitais de risco. Sem capital de risco não criaremos a riqueza que gerará, no futuro, a poupança interna.

para o ano todo e aceitaram o desafio da sustentação definitiva paguem pelo otimismo exagerado? Será justo que o façam sozinhos por uma conta que combinamos desde o início dividir?

É assustador verificar o quanto Estados e municípios continuam perdulários, e como os administradores do setor público pouco se preocupam com o crescimento de sua dívida, que, no fim, será arca-da pela própria sociedade.

Há anos que se pede a contenção dos gastos públicos como corte na demanda agregada. Sem tal medida, estaremos transitando da âncora cambial para a monetária, e vice-versa, até o governo assumir que o ajuste fiscal é absolutamente prioritário.

A equipe econômica precisa fugir da síndrome da *Escolha de Sofia*, onde apenas as variáveis deve ser escolhida de cada vez. É preciso encontrar

A PRODUÇÃO PEDE POLÍTICA TRIBUTÁRIA DECENTE, FINANCIAMENTOS DE CAPITAL COM TAXAS SEM ARTIFICIALISMO E APOIO AO COMÉRCIO EXTERIOR.

Um círculo vicioso que dificulta a discussão de uma política industrial onde tantas são as dúvidas em relação ao tempo e seu custo.

É preciso assim colocar a questão da taxa de juros na sua correta dimensão. Estamos passando por um momento delicado, daqueles nos quais o mercado se move com mais velocidade do que o governo. Neste sentido, não há como desconsiderar o clamor pelo ajuste das taxas praticadas.

O empresário que tem seu título protestado não está preocupado com o médio prazo e, se exagera na manifestação, como tem acontecido, o faz com autêntico instinto de sobrevivência.

Será correto que aqueles que projetaram crescimento

um caminho para flexibilizar a política monetária e ajustar o câmbio, garantindo a manutenção da inflação em patamares baixos.

Embora seja compreensível a necessidade de elevação das taxas, igualmente é necessária uma determinação das mesmas *vis-à-vis* o momento da ação. A pergunta que se faz é a de como garantir que este seja o nível correto, por que não procurar um ajuste fino, uma calibragem que mantenha o aperto sem contudo levar as empresas a tantos constrangimentos? Por que não flexibilizar retirando parte da cunha fiscal que não afeta a base monetária e reduzindo o custo fiscal do tomador? Por que tão alto nível de compulsório, que acaba fatalmente repassado para as taxas?

Há um enorme risco implícito na ação do BC. A seletividade do crédito afetará profundamente uma economia que retoma o espírito empreendedor e que tem necessidade de micros e pequenas empresas radicularizando a riqueza. Não aceitar tal situação é um convite à informalidade.

É preciso aproveitar o fato de que não há uma situação de caos e descontrolo, de que estamos conscientes de que toda transição exige um enorme trabalho de construção política, com conflitos e negociações que levam tempo, e agir.

Assim, se a reação dos agentes econômicos é mais passional, a do governo tem de ser de equilíbrio, de reanálise do comportamento do mercado, da compreensão social com os riscos inerentes a erros de conduta. Aceitar inclusive os exageros, ter humildade de voltar atrás. Avançar nas reformas estruturais e na privatização, decisões lógicas do momento político-econômico.

A produção pede uma política tributária decente, financiamentos de capital com taxas sem artificialismo e apoio ao comércio exterior e à pesquisa e desenvolvimento. Não é muito.

O País está muito melhor, o Congresso mostra excepcional vigor, o presidente é sensível e a sociedade apóia as reformas, mesmo que compreendidas de maneira difusa pela população.

Façamos portanto, a exemplo de alguns meses atrás, cada um a sua parte. Críticas construtivas e de alto perfil, ação efetiva na discussão das mudanças, e ajustes negociados a bem de uma transição o menos traumática possível. Enquanto há disposição de sobra, a melhor alternativa.

O AUTOR

Horacio Lafer
Piva é
diretor
da Klabin
Irmãos & Cia.

